

Ativismo digital: humor e o questionamento de hierarquias sociais na fanpage “Vagas arrombadas”

Digital activism: humor and the questioning of social hierarchies in the fanpage “Vagas arrombadas”

Nathália de Sousa Fonseca¹
s.nathaliafonseca@gmail.com

Luana de Melo Laboissiere²
luana.laboissiere@gmail.com

Danila Cal²
danilagentilcal23@gmail.com

Raphael Marinho de Carvalho³
raphael.mcm@gmail.com

RESUMO

Buscamos investigar a página do *facebook* “Vagas Arrombadas” partindo da hipótese de que a publicização crítica dos conteúdos, ao desvelarem hierarquias sociais, pode ser observada como ação de ativismo digital. De modo específico, selecionamos para análise as postagens sobre trabalho doméstico por reconhecê-lo como uma das práticas trabalhistas mais subalternizadas social e economicamente no país. Por meio da análise de conteúdo, examinamos 51 postagens sobre anúncios de emprego para trabalho doméstico para identificar como os editores da página constroem conteúdos e intervenções a partir desses materiais. Por fim, apesar de reconhecermos as vantagens da atuação da página para o questionamento de hierarquias e padrões opressivos, destacamos os limites dessa crítica.

Palavras-chave: Humor. Hierarquias sociais. Ativismo *on-line*.

ABSTRACT

We seek to investigate the Facebook page “Vagas Arrombadas” based on the hypothesis that the critical publicity of the contents, when unveiling social hierarchies, can be observed as an action of digital activism. Specifically, we have selected for analysis the postings on domestic work for recognizing it as one of the most socially and economically subordinated labor practices in the country. Through content analysis, we examined 51 posts about work-for-work ads to identify how page editors construct content and interventions from those materials. Finally, although we recognize the advantages of page performance for the questioning of hierarchies and oppressive patterns, it is essential to highlight the limit of that criticism

Keywords: Humor. Social hierarchies. Online activism.

¹ Universidade da Amazônia (Unama). Tv. Quintino Bocaiúva, 1808 – Nazaré, Belém (PA).

² Universidade Federal do Pará (UFPA). Rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá, Belém (PA).

³ Universidade do Minho (UMINHO/Portugal). R. da Universidade, 4710-057 – Braga, Portugal.

Introdução

A *fanpage* “Vagas Arrombadas” surgiu da iniciativa do *designer* Tiago Perrart e do analista de marketing Daniel Alves que, desde agosto de 2016, decidiram compilar uma série de anúncios de emprego veiculados na internet. O conteúdo das vagas de trabalho exibido nas postagens possui uma característica em comum: todas elas, de alguma forma, apresentam elementos que reforçam as hierarquias sociais brasileiras por meio de expressões – ora mais explícitas, ora implícitas – de desfavorecimento de sujeitos perpassados por marcadores de gênero, raça e classe. Os responsáveis pela página criam em torno dos anúncios considerados abusivos retirados da *web* uma atmosfera cômica para denunciar a precariedade das condições de trabalho ofertadas a trabalhadores, em sua maioria mulheres. A página tem como definição: “Quanto mais engraxaralho (sic) o anúncio da vaga, mais piada será o salário”.

Investigamos, neste trabalho, a hipótese de que essa publicização crítica dos conteúdos, ao desvelar criticamente hierarquias sociais, pode ser observada enquanto ação de ativismo político digital. De modo específico, selecionamos para análise as postagens sobre trabalho doméstico por reconhecê-lo como uma das práticas trabalhistas mais subalternizadas social e economicamente (Carneiro, 2015; Carneiro e Rocha, 2009).

O que nos mobiliza no exame dessas postagens é a busca pela compreensão do caráter social destas dinâmicas comunicativas (França, 2007; 2016), assim como os tensionamentos e as relações de poder que podem ser inferidos a partir das postagens analisadas. Reforçamos que a investigação empreendida se insere num rol de discussões já existentes acerca do ativismo digital, entendido como ação articulada em prol de uma visão política sobre uma determinada causa mediada pelas novas tecnologias (Lievrouw, 2011), que têm se consolidado como campo de estudos heterogêneos em diálogo com pesquisas sobre comunicação, ciência política, sociologia, educação e direito.

No que concerne às abordagens, pudemos observar, por meio da revisão dos últimos cinco anos de literatura a respeito do tema, que as análises desenvolvidas contemplam pesquisas sobre o uso das *hashtags* para finalidades políticas (Recuero, 2014), a possibilidade de desconstrução e redefinição identitária através do discurso ativista (Biondo e Signorini, 2015), a internet como um espaço de visibilidade social (Blumler e Coleman, 2017) que é ampliada no contexto das condições de possibilida-

des de atuação política na (Silva, 2016), em conversações políticas e nos processos (institucionais ou não) de deliberação política (Mendonça e Pereira, 2011; Mendonça, Sampaio e Barros, 2017; Maia, 2008a).

Com exceção dos estudos de *memes* (Santos e Chagas, 2017; Chagas, 2018), percebemos, alicerçados no mapeamento desse estado da arte, a ausência de análises das práticas políticas que tenham como foco as ações que, através da observação de postagens de teor jocoso, objetivam publicizar discursos demarcados por hierarquias sociais.

Para análise empírica, coletamos 51 postagens sobre trabalho doméstico da página “Vagas Arrombadas”, no período de 6 de setembro de 2017 a 27 de abril de 2018. Por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011; Jorge, 2015), pudemos analisar o teor político das publicações que requerem empregadas domésticas/babás para trabalharem em regimes abusivos e com péssimos salários. Nossa análise se concentra nas legendas utilizadas sobre os anúncios pelos administradores da página no intuito de compreender de que forma eles articulam seu ativismo digital.

A desvalorização do trabalho doméstico como questão política

Ao analisarmos as postagens da *fanpage* “Vagas Arrombadas” buscamos investigar de que forma o seu conteúdo ajuda a denunciar, a partir do tom cômico adotado, o problema político que as perpassa, demarcando hierarquias sociais a partir do desfavorecimento de sujeitos atravessados por marcadores de gênero, raça e classe: especificamente, mulheres situadas em ocupações profissionais historicamente precarizadas – como o trabalho doméstico – são alvo do nosso interesse de pesquisa.

Entre teóricas e teóricos da política, existe uma vasta bibliografia que enfoca o modo pelo qual os temas passam a ser reconhecidos como políticos – ou concernentes ao público. Dentre essas perspectivas, Held (1987) conceitua política como uma dimensão universal da vida humana e que diz respeito à capacidade que as pessoas têm de julgar, deliberar e decidir agir ou não para transformar o contexto no qual vivem. Nessa linha de raciocínio, a política se situa no cerne das questões sociais e nos modos coletivos de enfrentamento às desigualdades. Em Habermas (2003), políticas são as questões que foram reconhecidas como tais por meio de um debate público. Assim como Habermas, Jane Mansbridge (1999) toma a interação por meio da fala como central para esse mo-

vimento de reconhecer os temas como políticos; para a autora, “político” é o tema que precisa ser discutido por um público. A autora argumenta que é preciso reconhecer que as discussões políticas realizadas no âmbito cotidiano e informal são relevantes para processos de debate público mais amplos porque permitem o questionamento de padrões opressivos e podem contribuir para um maior entendimento do problema em questão e de seus modos de resolução (Mansbridge, 1999). Naquele momento, a autora não se referiu à internet, mas destacou o potencial político da interação entre ativistas e não ativistas em interações cotidianas.

O trabalho doméstico, mesmo sendo realizado dentro das residências, é uma atividade marcada pela divisão sexual do trabalho, segundo a qual caberia à mulher os cuidados com a casa e a família (Biroli, 2013). Sobre esse tema, Hirata e Kergoat (2007) afirmam duas possíveis linhas de compreensão:

Trata-se, de um lado, de uma aceção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos (Hirata e Kergoat, 2007, p. 596).

A desvalorização do trabalho feminino, agravada quando se trata de trabalho doméstico, é fruto de uma gama de fatores que compreende desde a noção que percebe a mulher como pertencente ao privado, transpassado pela divisão sexual do trabalho, e refletido em suas condições empregatícias. Além disso, o trabalho doméstico apresenta raízes históricas e culturais que sustentam uma lógica de servidão a partir da qual uns poucos podem ser servidos enquanto outros devem servi-los. Essa herança escravagista participa das nossas interações sociais e alimenta práticas de desigualdade (Biroli, 2013).

Tomar essas noções como ponto de partida conduz-nos a uma articulação necessária entre a desvalorização do trabalho feminino – em uma perspectiva mais ampla – e a do trabalho doméstico, de maneira mais específica. Rago (1997) afirma que a desvalorização do trabalho feminino – no contexto da consolidação da divisão sexual do trabalho – se deu por conta dos espaços ocupados pelas mulheres:

O campo de atuação da mulher fora do lar circunscreveu-se ao de ajudante, assistente, ou seja, a uma função de subordinação a um chefe masculino em atividades que as colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório. No caso da operária, mesmo num ramo onde sua participação era enorme, como o têxtil, as alternativas de ocupação para os homens eram maiores. Enquanto eles estavam presentes em quase todas as atividades ocupadas pelas mulheres, como a costura de sacos ou nas maçaroqueiras, vários trabalhos eram interditados a elas, principalmente os cargos de chefia (Rago, 1997, p. 65).

A consolidação destes espaços, nomeados por Bruschini e Lombardi (2001) de “guetos profissionais femininos”, colabora com a compreensão dos anúncios como iluminadores desta questão política – por afetarem uma parcela da sociedade, uma coletividade – e parte da consciência que a desvalorização das trabalhadoras domésticas possui uma raiz histórica baseada em relações de poder que perpassam as questões de gênero, mas não se findam nelas.

A politização da desvalorização do trabalho doméstico, dessa forma, é perpassada tanto pelas questões de gênero quanto por questões ligadas à formação social do Brasil, como raça e classe. Na perspectiva de gênero, ancoramo-nos na compreensão de um movimento histórico que, a partir da consolidação de novas formas de produção, estabeleceu o privado como um espaço “feminino” e o trabalho doméstico como “menos produtivo”.

A reconfiguração do que seria percebido como trabalho “produtivo” marca a mudança da valoração social da mulher. A emergência das propriedades privadas cria condição de possibilidade para que os homens se apropriem de bens materiais e estabelece a divisão sexual do trabalho, o que reduz a mulher ao cuidado e à reprodução (Sousa e Guedes, 2016). Detentora do poder agregado ao capital econômico, a figura masculina passa a determinar a organização familiar. O que implica em uma atribuição desigual de valores para atividades sociais diferentes. Este é um argumento amplamente utilizado pelos movimentos feministas para compreender as raízes da desvalorização do trabalho realizado pela mulher no âmbito doméstico⁴. Não obstante, os anúncios de emprego postados por *Vagas Arrombadas* dizem respeito ao trabalho domé-

⁴ Em relação a esse tema, é necessário ressaltar que as mulheres não foram passivamente dominadas, mas existiram movimentos de resistência a essas relações de poder.

tico remunerado, o que equaciona questões de gênero e relações trabalhistas que não deixam de ser atravessadas por questões de raça e classe; pois, no Brasil, o trabalho doméstico é exercido, sobretudo, por mulheres negras ou pardas – segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada em 2011, enquanto 12% das mulheres brancas no mercado de trabalho são trabalhadoras domésticas, essa porcentagem sobe para 21,8% quando se trata de mulheres negras⁵.

Deslocada para esse prisma, a desvalorização das profissões ligadas ao espaço doméstico não pode ser compreendida apenas pelas relações de gênero, mas também pelo entendimento sobre quais mulheres têm, historicamente, ocupado esses espaços e suas relações com a subalternização de uma parcela da sociedade (Carneiro, 2015; Carneiro e Rocha, 2009).

A partir das perspectivas de política de Held, Habermas e Mansbridge consideramos que a desvalorização do trabalho doméstico pode ser reconhecida como uma questão política, pois a política deve se preocupar-se com as desigualdades sociais, que são iluminadas pelas relações de gênero e subalternização às quais as trabalhadoras são submetidas; a política deve ser alargada para que abarque temas que não emergem na cena pública, como é o caso do trabalho doméstico; e a desvalorização do trabalho doméstico passa a ser reconhecida como uma questão política por meio das discussões que levaram à proposta de ementa constitucional que enfoca os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas, a PEC das Domésticas (PEC 66/2012).

Como em nossa empiria quem se posiciona contra os anúncios de trabalho em condição de precariedade não são os sujeitos atravessados por essa precarização, utilizaremos a visada que parte das ações de *advocacy*. Isso porque a prática analisada busca publicizar a precariedade das vagas ofertadas para, por meio do tom irônico adotado pelos administradores da página, iluminar o quão abusivas elas são, buscando sensibilizar acerca do tema ou, pelo menos, a aclarar como essas *vagas* refletem as desigualdades sociais naturalizadas no país.

A politização do trabalho doméstico também é discutida por Silvia Federici (2018). De acordo com a autora, para a compreensão política do mesmo, é necessário investimento em um olhar sensível ao papel das mulheres na sociedade capitalista, não enfocando exclusivamente a importância do pagamento ao serviço doméstico, mas

também os reflexos do mesmo na vida e no poder social das mulheres, ou seja, “o salário para o trabalho doméstico não é apenas uma perspectiva revolucionária, mas a única perspectiva revolucionária do ponto de vista feminista” (Federici, 2018, p.41).

A partir da perspectiva de Federici (2018), vislumbramos uma questão ainda mais profunda e relacional ao trabalho doméstico: o pano de fundo moral que define as mulheres como sujeitos “habilitados” a desenvolver o trabalho doméstico, as hierarquias sociais que essa condição desvela e a forma pela qual isso reflete na remuneração do trabalho doméstico.

Deslocando o olhar para as relações entre trabalho e política que emergem no ambiente da internet, Oveerem e Anning (2017) demarcam que, nesse ambiente, trabalhadores têm: a) encontrado maior liberdade para associar-se, construindo um “nós” que mobiliza ações de barganha; b) levantado bandeiras contra formas de trabalho compulsório; c) combatido o trabalho infantil; e d) reivindicado a eliminação de qualquer forma de discriminação nas relações de trabalho. Nesse sentido, nosso trabalho dialoga com a perspectiva das autoras ao buscar ampliar o olhar lançado por elas para o trabalho doméstico, buscando compreender de que forma o desvelamento de hierarquias sociais nas vagas ofertadas pode ser compreendido como uma forma de ativismo digital.

Notas sobre o ativismo digital

Dentre as mudanças acarretadas pela inserção das tecnologias digitais nas relações sociais, está a possibilidade de atuação política por meio da internet. Ela tem sido percebida, ao menos nas últimas duas décadas, como uma ferramenta revolucionária no que concerne ao nivelamento e à reconfiguração do ativismo (Maia *et. al.*, 2016; Schradie, 2019), especialmente após a emergência dos sites de redes sociais (SRSs) (Recuero, 2014). Nesse cenário, inúmeros trabalhos têm se debruçado sobre seu uso, de formas plurais; dentre tantas, destacamos a internet como ferramenta para: (a) organização de protestos (Castells, 2013), (b) fomento da democracia digital e deliberação *on-line* (Gomes, 2005; Mendonça e Pereira, 2011), e (c) como seu uso para publicização de questões.

O enfoque da internet e dos SRSs como arenas políticas se baseia em grande medida na abordagem de esfera pública como ambiente comunicacional onde se

⁵ <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>

processam as discussões públicas. Desde a proposição inicial de Habermas na década de 1960, passando pelas revisões e complementações que o próprio autor fez ao conceito (Habermas, 2003; 2009) e trabalhando com comentaristas, críticos e revisores desse conceito (Gomes, 2008; Papacharissi, 2009; Dahlgren e Olsson, 2007; Maia, 2008a; 2012; Schäfer, 2015; Mendonça, Sampaio e Barros, 2017), podemos dizer os autores reconhecem o potencial político dos debates que ocorrem nos ambientes da internet, assim como destacam suas limitações. Fundamental reconhecer que analisar os espaços comunicacionais de internet como ambientes que compõe a esfera pública não significa aplicar os fundamentos normativos da teoria deliberativa e da noção de esfera pública, mas sim, como diferentes autores vêm fazendo, buscar compreender como se processam discussões públicas e trocas simbólicas nas mídias digitais e quais suas implicações e consequências políticas.

Para Klang e Madison (2016), o ativismo praticado no ambiente digital possui características de desobediência civil e que, por meio de atos organizados pretende, de alguma forma, causar uma mudança social.

Em uma sociedade democrática, o objetivo do ativismo é de persuasão. Desde os movimentos de direitos civis de atos desobediência civil até campanhas on-line nas mídias sociais centradas na conscientização de tópicos de demanda pública, o objetivo dos ativistas é persuadir o maior número possível de pessoas a se unirem à sua causa na criação de alguma mudança social específica (Klang e Madison, 2016, s/p).

Com essa finalidade bem demarcada sobre a função desempenhada pelo ativismo digital, entendemos que a desobediência civil tem um papel fundamental na organização dos cidadãos em relação a temas controversos. Segundo Klang e Madison (2016), a desobediência civil é uma ação de caráter político, não violento e que infringe a lei – considerada injusta – com a perspectiva de mudá-la.

Mesmo com as barreiras das regulações – sejam as governamentais ou as das próprias plataformas – que seriam impedimentos às ações de ativismo, os autores defendem que ainda há possibilidade de mobilização nas redes digitais. Como exemplo, os pesquisadores citam o caso de 2008-2009 em que usuários do Facebook identificaram nudez em fotos de amamentação, e logo as fotos foram retiradas da rede social. Como forma de resistência e desobediência às normas em uma espécie

de “efeito cascata”, mais de 80 mil mulheres postaram fotos amamentando, subvertendo as regras da plataforma.

Van Laer e Van Aelst (2009) argumentam que existem duas formas de compreender a participação da internet nos movimentos sociais: a internet como ferramenta de apoio aos movimentos e a internet como base de manifestação. Para os autores, essas distinções são fundamentais para compreensão do ativismo na internet e as dividem em as ações que, segundo eles, pouco demandam dos cidadãos e aquelas que requerem maior envolvimento, como as petições *on-line* e até as ações hackers.

Na mesma linha de segmentação entre as mobilizações digitais realizadas por movimentos sociais tradicionais e aquelas que emergem e se sustentam na rede, Maia *et. al.* (2016) demarca que, na contemporaneidade, os SRSs e a internet encontram-se no cerne das mobilizações políticas. No entanto, há certo ceticismo no que tange à possibilidade de generalização acerca das formas de ação e associação que ocorrem nesses ambientes, haja vista a pluralidade de atores coletivos que podem se envolver. Como forma de lidar com essa questão, a autora aponta a necessidade de distinção entre a estrutura dos SRSs e a lógica organizacional dos movimentos sociais, assim como um olhar sensível à dimensão de construção da “semântica coletiva” ou seja, dos diferentes “nós” que se configuram nas ações coletivas na internet.

Ainda de acordo com as autoras, “A questão-chave é, portanto, diferenciar conceitualmente as identificações coletivas e a maneira através da qual os ativistas respondem às condições sociais, aos eventos e às oportunidades, especialmente através da internet e dos Sites de Redes Sociais” (Maia *et. al.*, 2016, p. 48).

Dessa forma, com base na premissa de que os usos sociais das tecnologias emergem da combinação entre as oportunidades para ação e as formas inovadoras desenvolvidas pelos ativistas para tanto, é possível identificar três formas mais recorrentes de uso dos SRSs e da internet: a) organizações internas de ação coletiva e mobilização, que podem ser exemplificadas nas insurreições do início dos anos 2010; b) produção de visibilidade e fornecimento de informações, o que compreendemos como, por exemplo, as atuações feministas que buscam tematizar questões percebidas como tabus para a sociedade, em vias de desestabilizá-los por meio da discussão de suas raízes e de como podem causar danos à vida das mulheres; e, por fim, c) a resignificação de conteúdos, movimento recorrentemente realizado através da criação e do uso de memes (Chagas *et. al.*, 2017; Chagas, 2018).

Para além do olhar que divide as ações políticas entre as que Requerem maior/menor engajamento, consideramos relevantes aquelas que, situadas no grupo de ações que utilizam a internet como base, trabalham esse ambiente para publicizar questões que se manifestam no cotidiano, atuando não apenas nos termos habermasianos por meio da transposição do tema para a esfera pública virtual (Maia, 2008b) – ou interconectada (Benkler, 2006) – mas, segundo a concepção de Mansbridge (1999), criando condição de possibilidade para conversações políticas que podem, inclusive, promover a construção de novas gramáticas morais em contrapartida às que anteriormente haviam configurado as relações de poder que afetaram o grupo.

No rol das pesquisas que percebemos como atuantes nesse campo, temos o uso de *hashtags* (Recuero, 2014), que no Brasil têm sido amplamente utilizadas no combate à diversas formas de violência que já haviam sido incorporadas às gramáticas sociais da sociedade brasileira, como o racismo (Santos, 2014), a homofobia (Bastos *et al.*, 2017) e o assédio cometido contra mulheres (Depexe *et al.*, 2017) nos espaços públicos e privados, entre outros temas.

As gramáticas morais também afetam a construção identitária dos sujeitos e, em contrapartida a isso, algumas investigações comprovam que a internet tem sido utilizada como um espaço de desconstrução e redefinição identitária (Biondo e Signorini, 2015) que, através do discurso, iluminam a forma como a socialização pode afetar os sujeitos negativamente e propõem modos de subversão das lógicas que foram apreendidas⁶.

O ativismo praticado na internet também colabora para a visibilidade social (Blumler e Coleman, 2017) de sujeitos “outros” ao tecido social, aqueles sujeitos subalternizados, silenciados, apagados, mas que emergem na internet com suas próprias vozes⁷ ou pelas vozes de pares⁸. A internet também tem sido utilizada como um espaço de tensionamento das antigas e construção de novas gramáticas morais. E, em um retorno a Van Laer e Van Aelst (2009), não compreendemos a esfera moral como um trabalho menos árduo.

No objeto sobre o qual nos debruçamos – as legendas de cunho sarcástico utilizadas pelos administradores de *Vagas Arrombadas* – a cotidianidade se expressa por meio dos anúncios de empregos que de fato não são percebidos pelos anunciantes como abusivos. O tom cômico dado pelos administradores por meio das legendas – e reforçado pelo próprio nome dado à página – revela uma maneira específica de utilizar o humor, na internet, como recurso político.

A interlocução entre humor e política na internet é recorrentemente utilizada em estudos sobre memes (Chagas *et al.*, 2017; Chagas, 2018). No que concerne às investigações desenvolvidas por Chagas (2018), e Chagas, Freire, Rios e Magalhães (2017), o foco se situa na política eleitoral, na qual as redes sociais são percebidas como um espaço de estratégia de campanha e o humor político que emerge dos memes é uma ferramenta que contribui

Para a criação e a consolidação de uma teia de significados compartilhados, que absorve e ressignifica conteúdos da cultura popular. Assim, ele atua como válvula de escape para momentos de tensão, fortalece laços de solidariedade e torna o aprendizado mais divertido, além de persuadir e, até mesmo, infundir ações coletivas (CHAGAS et al., 2017, p.178).

O humor do qual o autores falam é utilizado para inserir o cidadão nos processos de participação aos quais ele é requerido por meio da utilização de elementos da cultura popular; os autores defendem que as análises que se direcionam para o humor político permitem observar de que forma os códigos sociais têm sido utilizados pela sociedade, isso porque, citando em Halfeld (2013), argumentam que “o sentido humorístico é estabelecido como efeito da interação social” (Chagas *et al.*, 2017).

Com base em nosso referencial teórico, percebemos uma possibilidade de colaboração com o campo do humor político na Internet, deslocando-o da política eleitoral para a política que se manifesta no cotidiano. O diferencial de nosso trabalho se situa no fato de analisarmos

⁶ Um exemplo sobre esse tipo de ação pode ser encontrado na página web “Cientista que Virou Mãe” <<https://www.cientistaqueviroumae.com.br/sobre>>, que aborda temas sobre maternidade, infância e feminismo. O site reúne informações alternativas àquelas que circulam no senso comum sobre os temas.

⁷ Como na página *Eu Empregada Doméstica*, que pode ser acessada no facebook <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>>

⁸ Como podemos observar em páginas como “Onde está o Amarildo?” <https://www.facebook.com/ONDE-EST%C3%81-O-Amarildo-145622982303391/?ref=br_rs> e “Marielle Franco Presente!” <<https://www.facebook.com/mariellefrancopresente/>> também no facebook.

essa manifestação de contestação às gramáticas morais vigentes por meio da publicização crítica dos anúncios de empregos destinados às trabalhadoras domésticas. Dessa forma, nossa investigação busca compreender de que forma se configura o ativismo digital empreendido em *Vagas Arrombadas*.

No entanto, é imprescindível demarcar que a internet não pode ser percebida unilateralmente, como uma arena livre dos constrangimentos alimentados nas interações sociais. Na face oposta da moeda das possibilidades do ativismo digital, situam-se os últimos acontecimentos políticos e seus resultados atravessados pelos usos da internet. No Brasil, a eleição de Jair Bolsonaro, marcada pela onda de desinformação propagada via *whatsapp*, que busca legitimar retrocessos em diversos âmbitos sociais (Solano, 2019), movimento semelhante ao observado na eleição do presidente estadunidense, Donald Trump. Anteriormente estimadas pela democracia digital, plataformas como o *Facebook* e o *Twitter* passaram a ser utilizadas para o contrário de seu papel anterior, circulando *fake News* (Schradié, 2019) e servindo como espaço de encontro para promoção de discursos de ódio.

Preocupações sobre privacidade se multiplicam enquanto crescem as revelações acerca de como algumas empresas podem estar coletando dados de mídias sociais para manipular eleitores [...]. Assédio, especialmente de mulheres, parece interminável. Terroristas se voltam para as mídias sociais para propagar propaganda violenta (Schradié, 2019, p. 10, tradução nossa)⁹.

Por se tratar de um espaço utilizado a partir da relação entre as possibilidades que oferece e a criatividade de quem a usa (Maia *et. al.*, 2016), a internet e os SRSs acabam por se tornar, também, espaços nos quais a violência se perpetua por meio da difusão de discursos de ódio e desrespeitos (Maia e Rezende, 2018) se manifestam.

Procedimentos metodológicos

Com o propósito de responder à questão-problema que mobiliza nossa investigação – que visa a compreender de que forma a ação realizada na *fanpage* sob estudo pode

ser configurada como prática de ativismo político digital – retomamos aqui as etapas do percurso metodológico que tornaram viável sua execução.

Inicialmente, fizemos a aproximação com o material empírico no segundo semestre de 2017, quando observamos, dentre uma série de anúncios voltados a trabalhadores e trabalhadoras das mais diversas áreas de atuação, que as vagas que apresentavam as condições mais degradantes eram exatamente aquelas que se dirigiam a mulheres, em especial babás e empregadas domésticas, definindo o alvo da atenção de nossa pesquisa. A partir da pesquisa exploratória que nos revelou “achados” preliminares, e buscando também melhor sistematização dos dados coletados, optamos pela Análise de Conteúdo, método consagrado por Bardin (2011) que, dentre outras possibilidades, apresenta função heurística, posto que “[...] enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta [...]” (Bardin, 2011, p. 30). Ela pode ser descrita como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas das mensagens (Bardin, 2011, p. 17).

Embasados na abordagem de Bardin (2011), investimos na Análise de Conteúdo por se tratar de um método profícuo para o estudo das comunicações, especialmente no que se refere a textos escritos, como é o caso de nosso objeto empírico. E além disso, a AC é dotada de flexibilidade, podendo ser usada tanto em pesquisas qualitativas e quantitativas, conforme esclarece Jorge (2015). Dessa forma, no que concerne ao nosso movimento metodológico, definimos que a conduta adotada abarcaria um procedimento que nos permitisse identificar recorrências, categorizá-las em grupos menores para, depois, reagrupá-las de modo a construir sentido sobre a questão que estamos investigando.

Feito isso, demos seguimento à etapa de coleta, selecionando as postagens de anúncios de emprego no trabalho doméstico, no período de 6 de setembro de 2017 a 27 de abril de 2018. Reunimos 51 postagens, sendo 19

⁹ No original: “Concerns about privacy multiplied as revelations grew that some companies may be harvesting social media data to manipulate voters [...]. Harassment, particularly of woman, seemed unstoppable. Terrorists were turning to social media to spread violence propaganda”

com anúncio de vaga para babá e outras 32 referentes à vaga de empregada doméstica.

Para realizar análise de conteúdo, elaboramos um livro de códigos contendo variáveis (**quadro 1**).

Posteriormente, criamos um formulário com o auxílio da plataforma *on-line Google Forms*, no qual lançamos a totalidade das informações observáveis nos anúncios selecionados, preenchendo todos os itens de acordo com cada legenda de anúncio. Concluída essa etapa, os dados gerados foram sistematizados por meio do Excel, para dar continuidade às etapas de tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação destes, como preconiza Bardin (2011).

Resultados

Os 51 posts analisados representaram um total bruto de 93.525 reações e 16.771 compartilhamentos. Todas as postagens foram construídas em cima de anúncios de emprego e continham um posicionamento dos editores/administradores da página, ao qual nós chamamos de legenda, considerando que fazem o trabalho de “orientar” a leitura do anúncio compartilhado (**figura 1**).

Em relação aos tipos de legenda, a principal ocorrência foi de (1) textos de autoria dos próprios administradores da página (49,02% do total de posts), seguida por (2) legendas que continham tanto trechos do anúncio divulgado quanto dos próprios administradores da página (41,18%). Em apenas 9,8% das ocorrências, (3) as legendas eram compostas somente por trechos do anúncio reproduzidos.

Nos tipos 2 e 3, a principal característica das legendas era que elas faziam referência ao próprio trabalho de edição dos anúncios feitos pelos administradores (52,94%), seguida por legendas que continham outros tipos de texto criados pelos administradores (29,41%).

Sobre os compartilhamentos, podemos dizer que legendas do tipo 3, que reúnem tanto trechos dos anúncios quanto comentários dos administradores, foram as mais compartilhadas, correspondendo a 51,18% do total de compartilhamentos. Em segundo lugar, ficaram as legendas do tipo 1, com 31,52% e, em terceiro, as do tipo 2 com 17,30%. Quanto às reações, o cenário é relativamente distinto: os tipos que estimularam mais reações foram o 2 e o 3, com 41,25% e 43,46% do total de reações especificamente.

O modo de uso da linguagem que estimulou maior engajamento na *fanpage* foi a utilização de paráfrase, quando o post da página utiliza um trecho do anúncio

para, ao modificá-lo, fazer uma crítica. Postagens com uso de paráfrase foram responsáveis por 61,2% do total de reações e 84,64% do total de compartilhamentos.

Em relação à natureza da crítica realizada pela legenda, 43,14% não especificaram qual o objeto da crítica, 27,45% criticaram pagamento inferior ou incompatível com as atividades a serem realizadas – inclusive o não pagamento de passagem de ônibus, 11,76% criticaram longas jornadas e o acúmulo de funções solicitados pelos anúncios, 9,80% criticaram referências/exigências relacionadas ao corpo ou à higiene da trabalhadora, 3,92% criticaram o apelo à necessidade financeira das pessoas como motivo para aceitar qualquer trabalho. Uma postagem não apresentou denúncia e apenas uma fez crítica ao machismo ou ao sexismo. Interessante notar que as postagens com críticas relacionadas ao corpo ou à higiene da trabalhadora foram as que geraram mais compartilhamentos (31,7%), seguida por críticas relacionadas ao pagamento inferior (28,93%).

A grande maioria dos anúncios publicados criticamente na página estudada buscava contratar uma babá (41,18%). Em 25,49% dos casos, o objetivo era contratar uma trabalhadora doméstica no geral, mas encontramos também menções a diarista (7,84%), faxineira (9,80%). Contudo, o mais nos chamou atenção nesse aspecto foram os anúncios que relacionam o trabalho doméstico a relacionamentos como namoro ou mesmo sexo de modo explícito ou implícito (15,68% dos anúncios postados). Nesse último caso, as críticas que as legendas da *fanpage* endereçam a esses anúncios são gerais e sem especificação baseadas, principalmente, no uso de *memes*, *emojis* e outras expressões típicas das redes sociais *on-line*.

Discussão

Sob a perspectiva da produção, as principais intervenções nos anúncios de emprego sobre o trabalho doméstico publicados na *fanpage* analisada se referem a legendas com textos dos administradores da página em que eles fazem referência ao próprio trabalho de edição dos anúncios, como, por exemplo, quando escrevem “Não sabemos nem legendar essa (4.10.2017)”. A grande maioria das legendas representa um gesto crítico a respeito do anúncio postado, mas em boa parte do material (43,14%) não há especificação de qual o conteúdo da crítica). A principal linguagem dessa crítica, que aparece carregada de ironia e humor, é a paráfrase quando trechos dos anúncios são modificados para criticá-los, como, por exemplo, “Contato por inbox ou pelo email SINHA@

FICHA PARA ANÁLISE DAS LEGENDAS	
V1. Data do post	
V1.1 Data da coleta	
V1.2 Nome do responsável pelo cadastro	
V2. Quantidade total de reações	
V3. Quantidade de compartilhamentos	
V4. Características da legenda	
V4.0 Não foi possível identificar	
V4.1 Sinais de pontuação somente	
V4.2 Letras em caixa alta	
V4.3 Trechos dos anúncios em caixa alta	
V4.4 Texto em que os administradores se colocam como editores	
V4.5 Texto dos administradores entre aspas	
V4.6 Risadas	
V5. Tipo de legenda	
V5.1 Legenda que são recortes dos anúncios	
V5.2 Legendas com textos escritos pelos administradores da página	
V5.3 Legendas com recortes dos anúncios e texto de autoria dos administradores	
V6. Linguagem utilizada	
V6.0 Não foi possível identificar	
V6.1 Ironia/humor	
V6.2 Referência a memes, emojis e outras expressões das redes sociais online	
V6.3 Interação com o público	
V6.4 Faz referências sexuais	
V6.5 Faz paráfrase de trecho do anúncio	
V6.6 Outros	
V7. Tipo de denúncia/crítica realizada:	
V7.0 Não apresenta denúncia	
V7.1 Crítica longas jornadas e o acúmulo de funções	
V7.2 Crítica pagamento inferior ou inconsistente com as atividades realizadas	
V7.3 Crítica apelo à necessidade financeira	
V7.4 Crítica referências/exigências relacionadas ao corpo do trabalhador/trabalhadora	
V7.5 Crítica divisão sexual do trabalho	
V7.6 Crítica sexismo/machismo	
V7.7 Crítica sem especificar o quê	
V8. Sobre o anúncio, é possível identificar o sexo do autor?	
V8.0 Não	
V8.1 Feminino	
V8.2 Masculino	
V9. Qual o foco do anúncio de emprego:	
V9.0 Não foi possível identificar	
V9.1 Contratar babá	
V9.2 Contratar trabalhadora doméstica (geral)	
V9.3 Contratar diarista	
V9.4 Contratar faxineira	
V9.5 Contratar cozinheira	
V9.6 Outros	
V10. O anúncio pede que os trabalhadores sejam do sexo masculino ou feminino? Considerar flexão de gênero nas palavras utilizadas no anúncio.	
V10.0 Não foi possível identificar	
V10.1 Masculino	
V10.2 Feminino	

Quadro 1. Livro de códigos.

Fonte: construção própria.

podemos observar o reenquadramento do anúncio com um teor cômico, haja vista que “kkkkkkkkk” representa uma linguagem de risada nos SRSs. Essa linguagem é recorrentemente utilizada nos memes de internet. Já no segundo, os administradores expressam mais uma vez a descrença diante de tal anúncio que oferecia um salário (baixo) para duas funções distintas.

No caso 3, das legendas que eram compostas apenas por trechos dos anúncios, percebemos o uso de letras em caixa Alta para destacar o quão insensato era o conteúdo do anúncio replicado. Manifestando-se em legendas como “100 / REAIS / POR / MÊS” (12.09.2017), “é importante morar perto, pois não tenho como custear passagem” (14.11.2017), e ainda “Babá / das 13h às 22h30 / 01 folga na semana e 01 domingo no mês / RS 550,00” (23.11.2017). Embora os anúncios mobilizem a ressignificação de conteúdos para reenquadrar os anúncios de “comuns” para “abusivos”, percebemos o teor da crítica como pouco produtivo do ponto de vista da discussão dos motivos pelos quais os anúncios são abusivos, ou mesmo no apontamento das estruturas que os subsidiam.

Conclusões

Retomando, a partir desses resultados, a hipótese que norteia este trabalho, podemos dizer que ocorre uma publicização crítica dos conteúdos dos anúncios de trabalho doméstico por meio de processos de reenquadramento (Mendonça e Simões, 2012) de um anúncio abusivo para uma prática questionadora de um pano de fundo social e moral que alimenta as explorações relacionadas ao trabalho infantil doméstico (Cal, 2016). Mas esse tipo de ação se configura como ativismo?

Ao pensar na dinâmica dessas relações a partir do ambiente *on-line*, Recuero (2006) defende que, diante das novas possibilidades interativas proporcionadas pelas redes sociais, alguns elementos nela presentes, como o conflito e a cooperação, persistem de outra forma, embora tensionados pelas relações sociais já estruturadas por meio da história, da cultura e da política, por exemplo – ainda que não sejam relações “fixas”, haja vista que as relações de dominação, dadas as potencialidades de um determinado ambiente, podem ser convertidas em ações de *advocacy* – o que entendemos ser o caso quando os administradores da página se propõem, a partir da observação das hierarquias sociais explicitadas nos anúncios de emprego, a denunciá-las por meio de uma prática comunicativa, configurando uma ação política, de certa forma, ativista. Refere-se a um ativismo que ocorre

no ambiente das redes sociais digitais, mas que traz repercussões em relação aos modos como são problematizados problemas e questões sociais.

Nesse sentido, é inegável a possibilidade que a fanpage “Vagas arrombadas” possui de gerar visibilidade para modos cotidianos de exploração, tão inscritos socialmente que fazem com que as pessoas que solicitem trabalhadoras domésticas não se constringam ao publicar anúncios abusivos. Por meio da ironia, da paráfrase, a fanpage se propõe a desvelar essas relações de poder que subjazem os anúncios, usando uma linguagem própria das interações nas redes sociais *on-line*. Contudo, permanece a questão: será que o ativismo que eles praticam busca persuadir o maior número possível de pessoas a se unirem à sua causa na criação de alguma mudança social específica, como definem Klang e Madison (2016)?

Apesar de reconhecermos as vantagens da atuação da página para o questionamento de hierarquias e padrões opressivos, é fundamental destacar o limite da crítica que é feita. Essas fronteiras ficam claras quando a maioria das legendas, por exemplo, não especifica o problema do anúncio ou quando se o anúncio relaciona trabalho doméstico com a busca por uma “companheira”, uma “esposa” ou uma “parceria de sexo” porque, nesse último caso, não há a crítica a essas questões especificamente, que permanecem silenciadas e que marcam a história do país desde o período da escravidão. Percebemos, então, uma ênfase e uma maior facilidade de criticar ofertas injustas de pagamento e as longas jornadas do que questões de gênero, como a divisão sexual do trabalho e objetificação da mulher. Nesse sentido, os resultados alcançados nos inquietam no sentido de buscar compreender, em trabalhos futuros, os processos de reiteração das próprias hierarquias sociais nas legendas de “Vagas Arrombadas”, em vias de compreender mais profundamente se os administradores mobilizam estereótipos e reforçam preconceitos em suas publicações.

Referências

- BARDIN, L. 2011. *Análise de Conteúdo*. ed. 6, São Paulo, Edições 70, 280p.
- BASTOS, G.; GARCIA, D.; SOUSA, L. 2017. A homofobia em discurso: direitos humanos em circulação. *Linguagem em (Dis)curso*, 17(1):11-24.
- BENKLER, Y. 2006. *The Wealth of Networks*. ed. 1, New Haven, Yale University Press, 528p.
- BIONDO, F.; SIGNORINI, I. 2015. (Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas do Fa-

- cebook: contribuições das epistemologias pós-feminista e queer. *DELTA*, **31**(spe):169-197.
- BIROLI, F. 2012. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, **1**(9):7-38.
- BLUMLER, J.; COLEMAN, S. 2017. A democracia e a mídia - Revisitadas. *Revista Compólitica*, **7**(2): 7-34.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. 2002. Instruídas e trabalhadeiras trabalho feminino no final do século XX. *cadernos pagu*, (17-18):157-196, 2002.
- CAL, D. 2016. *Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico: política, poder, resistências*. Salvador, EDUFBA/Compós.
- CARNEIRO, M.; ROCHA, E. 2009. Do fundo do buraco: o drama social das empregadas domésticas. In: J. SOUZA. *A ralé brasileira: quem é e como vive?* 1 ed., Belo Horizonte, Editora UFMG, p. 141-160.
- CARNEIRO, S. 2015. Prefácio. In: J. BERNARDINO-COSTA. *Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. 1 ed., Brasília, Editora da UnB, p. 13-19.
- CASTELLS. M. 2013. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. 1. ed., Rio de Janeiro, 296p.
- CHAGAS, V. 2018. A febre dos memes de política. *Revista FAMECOS*, **25**(1):1-26.
- CHAGAS, V.; FREIRE, F.; RIOS, D.; MAGALHÃES, D. 2017. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. *Intexto*, **38**:173-196.
- DAHLGREN, P.; OLSSON, T. 2007. From public sphere to civic culture: Young citizens' internet use. In: Butch, R (ed.). *Media and public spheres*. Palgrave Macmillan, London, p. 198-209.
- DAVIS, A. 2016. *Mulheres, raça e classe*. ed. 1, São Paulo, Boitempo, 248p.
- DEPEXE, S.; GELAIN, G.; CORRÊA, L. 2017. #Primeiro-assédio: quando a tela da tv é só o começo. *Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos*, **19**(2):277-286.
- FEDERICI, S. 2018. *O ponto zero da revolução*. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. 1 ed. São Paulo: Editora Elefante, 388p.
- FRANÇA, V. 2006. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, C.; FRANÇA, V. *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. 3. ed., Belo Horizonte, Autêntica, p. 61-88.
- FRANÇA, V. 2016. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, C.; LOPES, M. (Org.). *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. 1 ed., Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 153-174.
- GOMES, W. 2005. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. **VII**(3):214-222.
- GOMES, W. 2008. Da discussão à visibilidade. In: W. GOMES; R. MAIA. *Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas*. Paulus, São Paulo, p. 117- 155.
- HABERMAS, J. 2003. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 352p.
- HABERMAS, J. 2009. *Europe: The faltering project*. Cambridge, Polity, 192p.
- HALFELD, P. 2013. A produção do humor na rede social Facebook. *Soletras*, (26):219-236.
- HELD, D. 1987. *Modelos de democracia*. ed. 1, Belo Horizonte, Paideia, 464p.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. 2007. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, **37**(132):595-609.
- JORGE, T. 2015. Revelar o Digital: metodologia para materiais efêmeros. In: JORGE, T. M. (org). *Notícia em fragmentos: análise de conteúdo no jornalismo*. 1 ed., Florianópolis, Insular, p. 255-277.
- KLANG, M.; MADISON, N. 2016. The domestication of online activism. *First Monday*, **21**(6).
- LIEVROUW, L. 2011. *Alternative and Activist New Media*. 1 ed., Malden, Polity Press, 200p.
- MAIA, R. 2008a. *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 380p.
- MAIA, R. 2008b. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: W. GOMES; R. MAIA. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. 1 ed., São Paulo, p. 327-345.
- MAIA, R. 2012. *Deliberation, the media and political talk*. Nova York: Hampton Press, 373p.
- MAIA, R.; REZENDE, T. 2018. Redes sociais online e deliberação: examinando manifestações de respeito e desrespeito em múltiplos espaços de conversação política.. In: R. MAIA; K. PRUDENCIO; A. C. VIMIEIRO (Org.). *Democracia em ambientes digitais: eleições, esfera pública e ativismo*. 1ed.Salvador, Edufba, v. 1, p. 182-214.
- MAIA, R.; ROSSINI, P.; OLIVEIRA, A. 2016. Confronto político e mídia digital: investigando o “nós” da ação coletiva. In: E. JESUS; E. TRINDADE; J. JANOTTI JR.; M. ROXO, (org). *Reinvenção Comunicacional da Política*. 1 ed. Salvador: EDUFBA, p. 47-63.
- MANSBRIDGE, J. 1999. Everyday talk in deliberative system. In: S. MACEDO. *Deliberative Politics: essays on*

- democracy and disagreement*. 1 ed., Oxford, Oxford University Press, p. 211-239.
- MENDONÇA, F.; PEREIRA, M. 2012. Democracia digital e deliberação online: um estudo de caso sobre o Vote na Web. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, (2):109-158.
- MENDONÇA, R. F., SAMPAIO, R. C., & BARROS, S. A. R. (2017). Deliberação Online no Brasil entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação. Salvador, Edufba, 310p.
- MENDONÇA, R.; SIMÕES, P. 2012. Enquadramento. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(79):187-201.
- MIGUEL, L.; BIROLI, F. 2014. *Feminismo e política: uma introdução*. 1 ed., São Paulo, Boitempo, 216p.
- OVEREEM, P.; ANNING, V. The Good Eletronics Network: making it fair? In: R. MAXWELL. 2018. *The Routledge Companion to Labor and Media*. New York: Routledge, chap. 22.
- PAPACHARISSI, Z. 2009. The virtual sphere 2.0: The Internet, the public sphere, and beyond. In: A. Chadwick; P. Howard (ed.). *Routledge handbook of Internet politics*. Routledge, p. 230-245.
- RAGO, M. 1997. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, 280p.
- RECUERO, R. 2006. Dinâmicas de Redes Sociais no Orkut e Capital Social. In: Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, São Leopoldo. *Anais...*
- RECUERO, R. 2014. Contribuições da Análise de Redes Sociais para o Estudo das Redes Sociais na internet: O caso da hashtag #Tamojuntodilma e #Calaabocadilma. *Revista Fronteiras*, 16(2):60-77.
- SANTOS, J.; CHAGAS, V. A revolução será memetizada: engajamento e ação coletiva nos memes dos debates eleitorais em 2014. *E-Compós*, v. 20, n. 1, p. 1-23, 2017.
- SANTOS, T. 2014. A Campanha #somostodosmacacos de Neymar: uma reflexão sobre o racismo no futebol. In: Congresso Internacional de Comunicação e Consumo, São Paulo, *Anais...*
- SCHÄFER, M. S. (2016). Digital Public Sphere. In: G. Mazzoleni (Ed.). *The International Encyclopedia of Political Communication*, doi:10.1002/9781118541555.wbiepc087
- SCHRADIE, J. 2019. *The Revolution that wasn't*. How digital activism favors conservatives. London: Harvard University Press, 416p.
- SOLANO, E. 2019. A bolsonarização do Brasil. In: S. ABRANCHES et al. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 307-321.
- SOUSA, L.; GUEDES, D. 2016. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87):123-139.
- VAN LAER, J.; VAN AELST, P. Internet and social movement action repertoires: Opportunities and limitations. *Information, Communication & Society*, 13(8):1146-1171.